



UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE BARBACENA -
FACEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DIEGO TAFFAREL DAMASCENO

O COMPLEXO DE ÉDIPO A PARTIR DE UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA
PERANTE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

BARBACENA
2014

DIEGO TAFFAREL DAMASCENO

**O COMPLEXO DE ÉDIPO A PARTIR DE UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA
PERANTE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Tôres de Oliveira.

**BARBACENA
2014**

Diego Taffarel Damasceno

**O COMPLEXO DE ÉDIPO A PARTIR DE UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA
PERANTE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Me. Rodrigo Tôres de Oliveira
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Prof.^a Me. Carla Cristina Soares de Oliveira do Vale
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Psicopedagoga Maria da Conceição Fajardo Monteiro
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Agradecimento

Agradeço a Deus pela vida e pelo auxílio em todos os momentos em que a vontade de desistir se manifestava. A Nossa Senhora das Graças por todas as graças alcançadas e pelo seu zelo de mãe para comigo.

Um especial agradecimento a minha família por todo o apoio. Meus pais, meus alicerces, sempre preocupados e atentos para que eu não me dispersasse do meu objetivo maior. A minha irmã, cunhado e sobrinho pela companhia e confiança de sempre. Obrigado pelo amor incondicional, família!

Agradeço ao professor Rodrigo por me orientar neste árduo trabalho para que assim pudesse concluir mais esta etapa de minha vida, bem como agradeço às psicólogas Carla e Maria da Conceição (Sãozinha) por terem aceitado o convite para comporem a banca examinadora do meu trabalho. Aos professores Helder e Ângela pela amizade de sempre, por todos os momentos em que estivemos juntos; obrigado aos dois por terem me apresentado a Psicanálise, por todo conhecimento compartilhado. Agradeço ainda à professora Ana Letícia por todas as palavras de incentivo e encorajamento para que eu não desistisse.

Por fim, agradeço aos poucos, mas verdadeiros amigos que me acompanharam nesta jornada, obrigado por todos os conselhos, palavras, momentos. Um especial agradecimento a Débora, amiga essencial que caminhou junto em todos os momentos; obrigado pelo amor e confiança que permeia nossa amizade.

Meus sinceros agradecimentos a todos, que de alguma forma, me auxiliaram para que eu pudesse concluir esta etapa.

“Poderíamos ser muito melhores se não
quiséssemos ser tão bons.”
Sigmund Freud.

Resumo

Verificou-se questões relativas à atualidade das noções freudianas a respeito do mito que definiu as linhas mestras de nossa compreensão do funcionamento psíquico: o Complexo de Édipo. De acordo com o passar dos anos, o conceito de família tem sofrido consideráveis transformações; o declínio do poder do pai, a emancipação do feminino e as novas configurações familiares resultantes destas modificações, o que auxilia para melhor desenvolvimento e compreensão do trabalho. O objetivo é compreender a maneira como o complexo de Édipo apresenta-se na contemporaneidade, tomando partida através da literatura existente e como vem se sustentando diante das novas formas de constituição de família. Trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico, visando por meio do levantamento da literatura, revisar autores tradicionais e contemporâneos, que, através de suas obras, perfizeram a história da família e sua evolução e também o complexo de Édipo. Percebe-se, portanto, que independentemente do contexto familiar em que a criança é inserida, o complexo de Édipo se constituirá enquanto conceito universal e singular, instituído por Freud.

Palavras-chave: Complexo de Édipo. Novas configurações familiares. Contemporaneidade.

Abstract

It was found issues on the timeliness of Freudian notions of myth that defined the guidelines of our understanding of mental functioning: the Oedipus complex. According to the years, the concept of family has undergone considerable change; the father's power of decline, the emancipation of women and the new family configurations resulting from these changes, which helps to better development and understanding of the work. The goal is to understand how the Oedipus complex is presented nowadays, taking departure through the existing literature and as has been sustained in the face of new forms of family building. This is bibliographic nature of research, aiming through the literature survey, review traditional and contemporary authors, who, through their work, brought about the family history and its evolution and also the Oedipus complex. We can see, therefore, that regardless of the family context in which the child is entered, the Oedipus complex will constitute as a universal and unique concept established by Freud.

Keywords: Oedipus complex. New family configurations. Contemporaneity;

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 A FAMÍLIA EM UM CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL, A IRRUPÇÃO DO FEMININO E O DECLÍNIO DO PATRIARCADO	9
3 FUNÇÕES PARENTAIS E CONTEMPORANEIDADE	19
4 NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E A REORGANIZAÇÃO EDÍPICA NUMA VISÃO CONTEMPORÂNEA	29
5 CONCLUSÃO	36
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade repensar a família e sua relação com o contemporâneo, moderno/pós-moderno, tendo em vista as novas configurações familiares (declínio da família burguesa) e o difundir do complexo de Édipo nessas famílias.

Por volta dos anos 70, com o fortalecimento da psicanálise e da psicologia, o conceito ea construção de família tornam-se mais fortes e então se inicia a grande revolução dos modelos familiares. A família do século XXI emerge com a emancipação do feminino, pois as mulheres agora também dirigem suas famílias. Pode ser composta por dois pais, duas mães e meio-irmãos. Segundo ROUDINESCO (2003), a família está se reinventando no cotidiano, o que não significa que ela não exista, até mesmo porque, continua ardentemente desejada como um valor seguro, ao qual ninguém quer renunciar.

O complexo de Édipo constitui uma das problemáticas fundamentais da teoria e da clínica psicanalítica. Para a teoria psicanalítica, o momento crucial da constituição do sujeito situa-se no campo da cena edípica. Dessa forma, o Édipo não é somente o “complexo nuclear” das neuroses, mas também o ponto decisivo da sexualidade humana, ou melhor, do processo de produção da sexuação. Será a partir do Édipo que o sujeito irá estruturar e organizar o seu vir-a-ser, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos.

Portanto, neste contexto contemporâneo, indagações surgem acerca do conceito freudiano; sobre como vivenciará este processo, um menino que pertença a uma família homoafetiva e possua dois pais, tendo em vista que não há a presença materna, bem como uma menina que tenha duas mães, não tendo a presença do pai inscrita naquela família.

O conceito do Complexo de Édipo, introduzido por Freud, perante as novas configurações familiares neste contexto pós-moderno, se tornaria obsoleto? A questão é que não se necessita fundamentalmente de se possuir uma mulher desempenhando a função de mãe, bem como um homem desempenha a função de pai para que o complexo de Édipo seja vivenciado pela criança. Será tratado, portanto, que tais diferenciações, bem como o processo de subjetivação da criança, se dará pelo viés do simbólico.

2 A FAMÍLIA EM UM CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL, A IRRUPÇÃO DO FEMININO E O DECLÍNIO DO PATRIARCADO

Em um sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação ou, ainda, pela sucessão dos indivíduos descendendo uns dos outros de uma raça, uma linhagem e de uma dinastia. (ROUDINESCO, 2003, p.17).

“A vida familiar apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas cujos hábitos sexuais e educativos são muito distantes dos nossos. Depois de terem afirmado, durante aproximadamente cinquenta anos, que a família, tal como a conhecem as sociedades modernas, não podia ser senão um desenvolvimento recente, resultado de longa e lenta evolução, os antropólogos inclinam-se agora para a convicção oposta, isto é, que a família, ao repousar sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, de uma mulher e de seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedades.” (LÉVI-STRAUSS *apud* ROUDINESCO, 2003, p.15).

É em função de unir um homem e uma mulher, isto é, um ser de sexo masculino e outro de sexo feminino, que a família é um fenômeno universal que supõe uma aliança de um lado (o casamento) e uma filiação do outro (os filhos). Uma outra condição é necessária à criação da família: a existência prévia de “duas outras famílias, uma pronta a fornecer um homem, a outra, uma mulher, que por seu casamento farão nascer uma terceira e assim indefinidamente.” (STRAUSS *apud* ROUDINESCO, 2003, p.14). De acordo com este esclarecimento, nossa atenção é despertada para o fato de que duas abordagens do fenômeno familiar são possíveis. A primeira, sociológica, histórica ou psicanalítica, privilegia o estudo vertical das filiações e das gerações insistindo nas continuidades ou nas distorções entre os pais e os filhos bem como na transmissão dos saberes e das atitudes herdadas de uma geração à outra. A segunda, mais antropológica, ocupa-se, sobretudo, da descrição horizontal, estrutural ou comparativa das alianças, enfatizando que cada família provém sempre da união – logo, do estilhaçamento – de duas outras famílias.

Para que a família possa ser formada e estruturada, a sociedade possui um papel fundamental, tendo em vista que não se trata de indivíduos isolados, havendo a necessidade de uma pluralidade de indivíduos. “O que diferencia realmente o homem do animal é que, na humanidade, uma família não seria capaz de existir sem sociedade, isto é, sem uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços afora os da consanguinidade, e que o processo natural da filiação somente pode prosseguir

através do processo social da aliança.” (STRAUSS *apud* ROUDINESCO, 2003, p. 15). Portanto, decorre, de um lado, a prática da troca, que define a maneira pela qual se estabelecem os laços matrimoniais entre os grupos sociais, sobretudo a circulação das mulheres. A barganha de mulheres controlada legalmente é o fator primário que diferencia a humanidade de qualquer outro primata, a partir do ponto de vista cultural, ou seja, embora haja distinções biológicas fundamentais, a troca de mulheres é o que define a sociedade humana, ou seja, as mulheres eram tidas como o sexo frágil, sinal de obediência, enquanto o homem era quem detinha o poder familiar, o poder do pai; daí a barganha no sentido de “o pai é dono da filha de modo a poder oferecê-la em matrimônio a um membro de outra família, ainda que não haja o consentimento da mesma.” A decisão de casar-se não cabia às mulheres, mas sim ao pai, àquele que possuía a autoridade familiar sobre qualquer outro membro. As famílias são transformadas em “naturais” por este ato de exogamia¹, pelo desejo de um pai ver a filha se casando com um homem por ele escolhido, de uma outra família sem que exista a possibilidade da mulher casar-se com alguém que possua parentesco, num sistema cultural; e do outro a necessidade da proibição do incesto, a qual supõe que as famílias se aliem unicamente umas às outras.

A proibição contra o incesto é tida de dois modos: não possuir sexualmente membros da mesma família, que residem na mesma casa, possuindo parentesco; oferecê-los em casamento, de modo exogâmico, ou seja, um casamento que não envolva familiares consanguíneos. O tabu do incesto é a expressão subjetiva da necessidade de exogamia, isto é, o tabu de certo modo existe para que famílias distintas unam seus membros (venham a fornecer um homem de uma família e uma mulher de uma outra), e a objetiva trata-se da estrutura básica de parentesco sob as formas que ela (exogamia) assume dentro de diferentes culturas.

O incesto é necessário à constituição da família. Além do primado natural induzido pela diferença sexual (homem e mulher), intervém uma outra ordem de realidade, que não é derivada de um fundamento biológico. Portanto, se a instituição da família repousa na existência de uma diferença anatômica, pode-se supor, também, a existência de um outro princípio diferencial, na mesma proporção: a passagem da natureza à cultura. A proibição do incesto faz-se necessária quanto à união de um homem com uma mulher. Está diretamente ligada a uma função simbólica. É um fato de

¹ s.f. Casamento de um indivíduo com um membro de grupo estranho àquele a que pertence. Medicina Fecundação protozoária pela união de elementos que não derivam da mesma célula.

cultura e de linguagem que proíbe em graus diversos os atos incestuosos justamente por estes existirem na realidade. Essa proibição faz com que uma família perca para outra família uns de seus membros; o casamento dentro das sociedades “primitivas” possui regras que funcionam como meio de troca bem como um sistema de comunicação inconscientemente reconhecido.

A psicanálise nos traz que a primeira escolha de objetos para amar feita por um menino é incestuosa e que esses são objetos proibidos: a mãe e a irmã. Chega-se à conclusão que, à medida que cresce, ele se liberta dessa atração incestuosa. Um neurótico, por outro lado, apresenta de modo invariável, um certo grau de infantilismo psíquico; ou falhou em se libertar de suas condições psicosssexuais que em sua infância predominavam ou a elas retornou; duas possibilidades que se resumem como inibição e regressão no desenvolvimento. Desse modo, as fixações incestuosas da libido continuam a desempenhar o principal papel em sua vida mental inconsciente. A importância do incesto na neurose é naturalmente recebida com ceticismo geral pelos adultos e pelas pessoas normais.

Portanto, somos levados a crer que essa rejeição é, antes de mais nada, um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, hoje controlados pela repressão. De modo contrário ao senso comum, não há nada que pode ser julgado como “incorreto” ou “errado” biologicamente com o incesto; é a lei de troca exogâmica que vem interditar o impasse constituído pela endogamia². O tabu em sua profundidade subjetiva surge como uma necessidade social, e não um retrocesso biológico; mas por ser uma necessidade social demasiadamente básica que tal proibição é vivida como naturalmente imutável, com exceção à criança edípica que está apenas aprendendo a lei.

Ainda que o leque das culturas seja bastante amplo para permitir uma variação infinita das modalidades da organização familiar, certas soluções são duradouras e outras nem tanto. Em suma, é preciso admitir de fato que foi no seio das duas grandes ordens do biológico (diferenciação sexual) e do simbólico (proibição do incesto e demais interditos) que se desenrolaram durante séculos não apenas as transformações próprias da instituição familiar, bem como as modificações do olhar voltado para ela no decorrer das gerações.

² s.f. Condição de endógamo; estado da pessoa que só se casa com outra porque ambas pertencem a mesma classe e/ou tribo, visando preservar suas nobrezas, raças etc.

Portanto, torna-se necessário saber qual a história da família e como se deram as mudanças que caracterizam a desordem de que parece atingida na atualidade. “Podemos distinguir três grandes períodos na evolução da família. Numa primeira fase, a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. Nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino.” (ROUDINESCO, 2003, p. 19).

A função da família era garantir a procriação, manter o patrimônio, bem como honrar o nome da mesma. Segundo Áries (1981), durante este período não havia distinção entre o público e o privado, era dentro das residências que se davam as relações, desde a amizade até mesmo para comércio.

A única figura que possuía autoridade para arranjar casamentos, bem como controlar de modo integral a vida familiar era a figura paterna, mulher e filhos não tinham o direito de intervir na decisão do pai. “Numa segunda fase, a família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe a partir do final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento, mas valoriza também a divisão de trabalho entre os esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação sua nação é encarregada de assegurar.” (ROUDINESCO, 2003, p. 19).

O público e o privado ganham uma separação, permitindo fornecer um pouco mais de privacidade para os membros daquela família e a criança se torna indispensável, emergindo preocupações com a mesma; a família começa almejar um futuro para aquele membro. A família moderna tinha como prioridade a figura, a autoridade do pai, que ascendia naquele momento, assumindo o dever de formar espiritualmente e moralmente. Conforme Sequeira (2007), no fim do século XIX, a ocupação da mãe era seu filho, pois a infância possuía ligação com o feminino e o pai, por sua vez, era o responsável por dar um nome ao membro da família e sua inserção social. A educação era rígida, e à família cabia ditar os destinos a serem seguidos. O respeito se mostrava tênue perante o modelo de educação adotado.

Conforme Roudinesco (2003), a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita “contemporânea”, ou “pós-moderna”, que une, ao longo de uma duração relativa, dois

indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão de autoridade vai se tornando cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

O patriarcado em declínio, número de divórcios aumentando, a natalidade que começou a ser controlada, bem como a mulher conquistando espaço no mercado de trabalho são fatores que contribuíram para que mudanças neste modelo tradicional familiar, que possuía um pai, uma mãe e seus filhos, como assim eram conhecidos pela sociedade, pudessem ocorrer.

O modelo tradicional familiar então dá indícios de reorganização. Sequeira (2007) afirma que a existência está ainda mais focada na casa, centro como referencial, pois o lar oferece segurança e isso em conciliação com a solidariedade familiar e a liberdade individual. O conceito atual de família visa priorizar o elo afetivo entre seus membros, culminando no repensar do conceito de filiação, no qual houve uma ruptura com a questão biológica, sendo valorizada a questão afetiva. Essencialmente, a família deixou de ser um núcleo econômico e de procriação, cedendo espaço às questões subjetivas com relação aos membros, afeto, carinho, solidariedade, amor e companheirismo.

Ao privilegiar a compaixão, a família pode se transformar em uma instituição que, logo, seria complementada por outras instâncias – o Estado, a nação, a pátria. Ainda hoje os filhos não ficam ligados aos pais senão o tempo que precisam deles para se preservar a si próprios. Mal cessa tal necessidade, o laço natural se desmancha. Os filhos, isentos da obediência que deviam ao pai, o pai, também isento dos cuidados que devia aos filhos, ingressam todos igualmente na independência. Embora permaneçam unidos, não é mais naturalmente, é voluntariamente, e a própria família só se mantém por convenção. Portanto, a família é se quisermos o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo é a imagem dos filhos, e todos, tendo nascidos livres e iguais, não alienam sua liberdade senão por necessidade pessoal.

No final do século XIX, o pai deixa de ser o único veículo da transmissão psíquica e carnal e começa então a dividir este papel com a mãe. O patriarcado então começou a ser definido pelo discurso antropológico, marcado pela evolução no qual a autoridade e os direitos sobre os bens e as pessoas obedeciam a uma regra de filiação patrilinear. A esse sistema se opunha o matriarcado, segundo o qual a regra de filiação matrilinear decidia sobre essa mesma autoridade tomando como referência vínculos genealógicos que passavam pelas mulheres, mas esse regime patriarcal, tão necessário, é

sempre ameaçado por reminiscências, mesmo parecendo solidamente estabelecido há séculos.

Portanto, neste novo contexto em que a mulher ganha espaço enquanto portadora de um processo de subjetivação, não sendo mais a figura submissa frente à autoridade paterna, a figura do pai se modifica caracterizando-se atualmente como mais afetivo e presente na vida da família e dos filhos, sendo ainda o responsável maior por dar limites e “soltar” as amarras dos filhos. A mãe tem uma tendência a proteger a prole, transmitindo valores como acolhimento e proteção. Já o pai estimula a independência dos filhos e “corta” o excesso de proteção da mãe. Seu papel é muito importante na construção da autonomia e da ousadia da criança. A diferença é que antes, a autoridade paterna era acompanhada do medo que as crianças sentiam frente a uma figura tão severa e distante. Hoje, esse processo ocorre de maneira mais saudável, já que os pais atuais não se fazem entender apenas no grito.

Para Scavone (2001), tais mudanças ocorridas nas últimas décadas contribuíram não somente para uma nova configuração familiar, mas também para uma mudança de papéis dentro de casa, onde a ideia de uma mulher-indivíduo começou a se impor frente à ideia da mulher-natureza, destinada a ser mãe e dona-de-casa. Isso não quer dizer que esta nova mulher ao trabalhar fora de casa deixará de ser a dona de casa. A mulher atual almeja o sucesso pessoal incluindo em seus ideais de vida a realização profissional sem deixar de participar na subsistência da família. As transformações paradigmáticas, ocorridas principalmente a partir de meados do século XX, no que diz respeito à configuração e ao funcionamento familiar, provocaram alterações na estrutura e na dinâmica de suas relações, contribuindo para a concepção contemporânea de família. Essas modificações têm acarretado mudanças nos padrões de funcionamento entre seus membros, levando a um processo de assimilação e de construção de novos modos de relacionamento. (WAGNER et al, 1999).

Segundo Roudinesco (2003), há diversas formas de abordar relações de dominação, de igualdade ou de desigualdade entre os homens e as mulheres. Se nos situarmos do ponto de vista do corpo, o homem e a mulher são seres biológicos, e de sua diferença anatômica depende sua posição social. O gênero – ou identidade sexual, é então determinada em função dessa diferença. Mas, se privilegiarmos o gênero em detrimento da diferença biológica, relativizaremos esta última e valorizaremos uma outra diferença entre os homens e as mulheres, uma diferença dita “cultural” ou “indenitária”, determinada pelo lugar que ocupam na sociedade. No primeiro caso,

divide-se a humanidade em dois polos sexuais – os homens de um lado, as mulheres de outro. E no segundo, multiplicam-se ao infinito as diferenças sociais e indenitárias, sustentando que os homens e as mulheres entram do ponto de vista biológico, na categoria de um gênero sexual, uma vez que, se ambos têm um sexo, diferença sexual conta menos, para a sociedade, que outras as diferenças, como a cor da pele, o pertencimento de classe, os costumes, a idade, a origem dita “étnica” ou ainda o papel escolhido para representar junto a seus semelhantes.

Segundo Roudinesco (2003), é a Aristóteles que devemos a descrição provavelmente mais interessante do modelo do sexo único. Segundo ele, a primeira união necessária à ordem da natureza é a de um macho com uma fêmea. O sêmen do homem é soberano, pois contém o “princípio da forma”, ao passo que o da mulher não, uma vez que ela é apenas a “matéria que recebe a forma”. E quando explica que o macho é “o ser que gera em um outro e a fêmea o ser que gera em si”, Aristóteles quer dizer que só o esperma engendra e gera a criança que irá se lhe assemelhar. Como consequência, o homem comanda, a mulher se submete e a família é organizada segundo um princípio monárquico. Porém sob a condição de que seja integrada à cidade. Anterior à família, mas composta de famílias que reproduzem sua hierarquia, a cidade divide-se em três categorias de humanos: o homem, que é o senhor, o esposo e pai; a mulher que é a esposa e a mãe; o escravo, que é a “coisa do senhor”, e que é desprovido dessa parte “deliberativa da alma própria do animal cívico”. Como consequência, a mulher, mesmo inferior ao homem, é definida, como ele, por sua identidade sexual, por seu gênero, ao passo que o escravo, que é o prolongamento do animal de trabalho, é definido antes de tudo como a “propriedade de um homem”, isto é, como um humano “que não se pertence”. Pouco importa então que ele seja ou não um ser sexual, já que não existe politicamente.

Quando se considera que o sexo anatômico prevalece sobre o gênero, a unidade se esfacela e a humanidade é dividida em duas categorias imutáveis: os homens e as mulheres. As outras diferenças são então desprezadas ou abolidas. Três representações são possíveis a partir daí. Ou a diferença sexual é pensada em termos de complementaridade, e a mulher se torna um “alter ego” do homem, dividindo com ele um prazer carnal e um papel social; ou é inferiorizada, e a mulher é classificada em uma espécie de tipo zoológico: monstro, andrógina, lésbica, prostituta; ou é idealizada, e a mulher se torna um “suplemento”, heterogêneo à ordem simbólica: a louca, a mística, a virgem. Na primeira representação, a feminilidade da mulher é sempre associada à

maternidade, ao passo que nas duas outras, o feminino e o materno são dissociados, e a mulher é então incapaz de realizar a tarefa procriadora a ela imposta pela natureza e pela cultura.

Roudinesco (2003) novamente contribui afirmando que a partir dessas diversas representações da feminilidade foram deduzidas as posições de poder, submissão, complementaridade ou exclusão das mulheres no seio da sociedade. E, quaisquer que tenham sido as variações ligadas à primazia atribuída ao sexo ou ao gênero, percebemos sempre o traço das modificações sofridas pela família ao longo dos séculos.

Portanto, assim foi primeiramente do declínio do poder divino do pai, e de sua transferência para uma ordem simbólica cada vez mais abstrata, depois da materialização da família, que surgiu em toda sua força, a sexualidade das mulheres. Um desejo feminino, fundado ao mesmo tempo sobre o sexo e o gênero, pode então brotar, após ser tão temido, à medida que os homens perdiam o controle sobre o corpo das mulheres. Com a conquista definitiva de todos os processos da procriação pelas mulheres, um temível poder lhe foi reservado no final do século XX. Elas adquiriram então a possibilidade de se tornar mulheres prescindindo da vontade dos homens.

As teses emancipatórias, em seu conjunto, confluíram quando o feminismo se organizou em movimento político e quando, em favor do declínio do poder patriarcal, Freud propôs uma teoria da sexualidade humana capaz de subverter as antigas mitologias naturalistas e antinaturalistas da feminilidade.

Porém, durante o entre guerras, o movimento das mulheres se afastou do ideal igualitário para reivindicar um feminismo mais radical que não admitia mais como precondição para satisfação de suas exigências e realização de uma revolução social, como fora o caso anteriormente. Apoiando-se mais no reformismo político e nos trabalhos da antropologia e da sociologia, ele pôs em discussão a questão da diferença sexual, que Freud repensara integralmente a partir de 1905.

Ao pegar emprestados seus modelos da biologia darwiniana, Freud sustentava a tese de um monismo sexual e de uma essência viril da libido humana. Nessa perspectiva de uma libido única, que se apoiavam em teorias sexuais criadas pelos filhos, mostrava que no estágio infantil a menina ignora a existência da vagina e vê o clitóris como um homólogo ao pênis. Do mesmo modo tem a impressão de ser aquinhoadada com um órgão castrado. Em função dessa dessimetria, evoluindo em torno de um polo único de representações, o complexo de castração não se organiza, segundo Freud, da mesma maneira para os dois sexos. O destino de cada um deles é distinto em função das representações ligadas à diferença anatômica. Na puberdade, a menina toma consciência da existência da vagina, recalcando então sua sexualidade clitoridiana, ao passo que o menino vê na penetração um alvo

para sua sexualidade. Mas, quando percebe que a menina não se lhe assemelha, interpreta a ausência do pênis nela como uma ameaça de castração para si próprio. Daí ele se desvincula da mãe e escolhe um objeto do mesmo sexo. A sexualidade da menina se organiza em torno do falicismo: quer um menino e deseja um filho do pai. Contrariamente ao menino, ela deve se desvincular de um objeto do mesmo sexo, a mãe, trocando-o por um objeto de sexo diferente. Para ambos os sexos, o vínculo com a mãe é o elemento primordial. (FREUD *apud* ROUDINESCO, 2003, p. 126, 127).

Roudinesco (2003) novamente contribui dizendo que, ao afirmar o princípio de um monismo sexual – e, portanto de um falocentrismo – que corresponde ao primado que atribui a uma ordem simbólica separadora, Freud considera equivocada toda argumentação naturalista. A seu ver, não existe nem instinto materno, nem raça feminina. Assim, o falicismo é pensado como uma instância neutra, comum aos dois sexos.

Ainda sobre Freud, a existência de uma libido única não exclui a bissexualidade. Na ótica freudiana, com efeito, nenhum sujeito é portador de uma pura especificidade masculina ou feminina, o que se traduz pela constatação de que, nas representações inconscientes do sujeito, homem ou mulher, a diferença anatômica não existe. A bissexualidade, que é o corolário dessa organização monista da libido, atinge portanto ambos os sexos. Não apenas a atração de um sexo pelo outro deriva de uma complementaridade, mas a bissexualidade desfaz a própria ideia de uma organização assim. Daí os dois modos da homossexualidade: feminino, quando a menina permanece ligada a sua mãe a ponto de escolher um parceiro do mesmo sexo; masculino, quando o menino efetua uma escolha semelhante a ponto de negar a castração materna. (ROUDINESCO, 2003, p. 127).

Aos olhos de Freud, a dualidade está inscrita na unidade e a pulsão sexual não precisa de alteridade sexuada, sendo a mesma para os dois sexos. Seja-se homem ou mulher, ama-se e deseja-se segundo as mesmas paixões. Embora permanecendo adepto da ideia de que o gênero traduz o sexo e reciprocamente, Freud introduz uma novidade nessa classificação, de certo modo um terceiro termo, o da sexualidade psíquica fundada na existência do inconsciente. Faz do humano, homem e mulher, um sujeito desejante, e essa ordem do desejo não derivam nem do social, nem do biológico. Para Freud, de fato, a existência de uma diferença anatômica dos sexos não supõe o prevalecimento de uma natureza feminina, próxima da animalidade, uma vez que essa famosa diferença, ausente no inconsciente, é prova, para o sujeito, de uma contradição estrutural entre a ordem psíquica e a ordem anatômica.

A família edipiana, monogâmica, nuclear, restrita, afetiva, reinventada por Freud, é assim herdeira das três culturas do Ocidente: grega por sua estrutura, judaica e cristã pelos lugares atribuídos respectivamente ao pai e à mãe. Genitora, companheira ou destruidora, a mulher, segundo Freud, permanece sempre a mãe, na vida e na morte. Por suas inevitáveis relações com a mulher, o homem sempre encontra nela três imagens de mãe: a própria mãe, em seu nascimento, a amante por ele escolhida em seguida à imagem da primeira, e para terminar, a terra-mãe, que o acolhe novamente em seu seio. (FREUD *apud* ROUDINESCO, 2003, p. 133).

Deusa da vida, deusa do amor, deusa da morte, a mulher, sob a forma de mãe, foi excluída por Freud da cena originária do assassinato do pai, da qual ela era o pivô. E é a esse título, aliás, que ela pode se tornar a esposa do filho na família monogâmica edipiana. Mas sob a condição, todavia, de renunciar aos excessos de uma sexualidade histérica, isto é, àquele clitóris infernal, fonte de mística ou de delírio. Essa renúncia tem seu corolário no destino masculino. Para ser civilizado e satisfazer a mulher, o homem freudiano deve controlar a sexualidade selvagem que herdou do pai da horda, a rejeitar a poligamia, o incesto, o estupro. Deve aceitar o declínio de seu antigo poder. (FREUD *apud* ROUDINESCO, 2003, p. 133).

Indispensável à civilização, a mulher é o único ser capaz de insuflar no homem o princípio mesmo do amor de fazê-lo romper os laços fraticidas pelos quais, desde sempre, empreendera perigosas batalhas contra a cultura, contra a democracia, contra si próprio: “O amor pela mulher, diz Freud em 1921, rompe as ligações de massa próprias da raça, da divisão em nações e da organização em classes da sociedade e realiza com isso operações culturalmente importantes.” (FREUD *apud* ROUDINESCO, 2003, p. 135).

3 FUNÇÕES PARENTAIS E CONTEMPORANEIDADE

Através da História é possível percebermos que a humanidade sempre esteve em crise. Cabe destacar a luta que foi travada pela ideologia cristã, nos primeiros séculos de nossa era, para que a implantação de sua ideologia obtivesse êxito sobre a pagã; as transformações referentes ao feudalismo, através das ideias liberais, que posteriormente culminou a revolução burguesa; as mudanças resultantes do Renascimento; as consequências da Revolução Industrial no século XVIII. Cabe também destacar as duas Grandes Guerras. Tantos fatores aqui descritos que sustentam ainda mais a idéia dessa “crise” constante na humanidade.

No que se refere à família, como abordado no capítulo anterior, verifica-se que esta instituição tão desejada e tão estimada pelos indivíduos também sofreu modificações com o tempo. Modificações estas que possuem papel fundamental na atualidade, tendo em vista que a família tradicional burguesa deu indícios de reorganização a partir da irrupção do feminino. Então, tudo isso levou a significativas mudanças sócio-político-econômicas que, tendo apoio nos movimentos feministas, acirraram o debate, iniciado no século XIX, sobre a posição dos homens e das mulheres nas relações sociais, no trabalho, na reprodução, nas questões demográficas, etc. Segundo Ceccarelli (2007), a “revolução sexual” dos anos 60, juntamente com o aparecimento da pílula anticoncepcional, foi recebida com apreensão, pois prenunciava o fim da família, dos costumes e da moral. Trabalhando fora, e levando consigo a pílula, a mulher não resistiria à tentação de relações extraconjugais. A mulher, em vez de ser reduzida ao papel de esposa ou de mãe, foi se individualizando, na medida em que dissociava, a partir da contracepção, prazer e procriação.

Conforme Mannoni (1999), os critérios adotados para a teorização sobre a sexualidade feminina encontram-se atados a critérios extremamente anatômicos e biologizantes. “Como sabemos, o ponto cego de Freud quanto à feminilidade teve como efeito nele a cristalização das suas defesas em relação à mulher. Defesas que se

encontram no inconsciente do homem: por trás da mulher sedutora, está, para ele, a sombra da víbora perigosa” (Mannoni, 1999, p.105).

As modificações que vêm ocorrendo na família, no que concerne ao lugar do masculino e do feminino, ainda resultam na perpetuação de antigos mitos com relação à diferença sexual. Mitos em que o “mimo” prolongaria a fusão da criança com a mãe, sustentando a crença de que o pai seria o único ser capaz de livrar a criança dos excessos maternos.

Segundo o que nos diz Roudinesco (2003), trata-se de representações que se inscrevem na obra freudiana como uma “hierarquia” de valores entre maternidade e paternidade, em que o pai transmite seu nome ao filho que se torna seu herdeiro, cabendo à mãe a primazia da vida sensorial com a criança. Portanto, o ideal patriarcal pode ser escrito da seguinte forma: natureza - mulher - mãe. Dessa maneira, na obra freudiana, a mulher está ligada ora à maternidade, ora à morte, já que ela seria a única que transmitiria ao filho a relação entre vida e morte. Podemos afirmar que não foram somente as ideias iluministas que supuseram as mulheres como seres de natureza, mas o próprio Freud, que, permeado pelos ideais de seu tempo, associou feminilidade e maternidade.

Conforme a contribuição de Badinter (1985), “é em função das necessidades e dos valores dominantes de dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe”. (Badinter, 1985, p. 26).

O amor materno começou a ser exaltado como algo imprescindível, um valor, ao mesmo tempo “natural” e social. Assim, deslocou-se o valor dado à autoridade paterna para o amor materno, entendido, a partir de então, como condição para a sobrevivência e a educação da criança. E muitas mulheres encontraram, de tal modo, uma forma de reconhecimento de sua importância no discurso. A influência da mãe foi inserida como decisiva para a criança e valorizada mais ainda após a Revolução Francesa, que promulgou a limitação do poder paterno.

Assim, Dolto (1996) nos traz que “a dedicação à prole, levada ao extremo da renúncia a qualquer interesse por seu próprio destino de mulher, a consagração de todas as energias à preservação, sobrevivência e proteção dos filhos ante os perigos com que os ameaçam o destino, o acidente ou a malevolência, tais são, nas histórias e nos contos, as qualidades da ‘boa mãe’ ideal”. (Dolto, 1996, p. 213)

A Filosofia das Luzes foi fundamental para a valorização da mulher como mãe e, neste contexto, contaremos com as contribuições de Rousseau no que diz respeito ao papel “natural” da mãe para com a educação dos filhos.

Rousseau (1999) propunha que a condição para a função materna se dava pelos laços naturais produzidos pela maternidade. Desta forma, contribui: “desde que as mães, desprezando seu primeiro dever não mais quiseram alimentar seus filhos, foi preciso confiá-las a mulheres mercenárias que, vendo-se assim mães de filhos alheios, por quem a natureza nada lhes dizia, só procuraram furtar-se ao incômodo. (...) mas, quando ela está bem amarrada, jogam-na a um canto sem se preocuparem com seus gritos. Contanto que não haja provas sobre a negligência da ama-de-leite, contanto que o bebê não quebre nem o braço, nem a perna, que importa que ele morra ou permaneça doente o resto da vida?” (Rousseau, 1999, p. 17). Segundo Badinter, “se tanto se insiste nesse aspecto da maternidade, com uma certa benevolência, é sempre para mostrar a adequação perfeita entre a natureza da mulher e a função de mãe” (Badinter, 1985, p. 249).

Para os que defendem a norma da boa mãe, há uma natureza feminina, portanto, imutável e não submetida às transformações discursivas. “Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas” (Badinter, 1985, p.15)

Contudo, torna-se fundamental refletir sobre tais funções parentais, lembrando que a transformação dos genitores em pais não é atrelada ao fato físico que dá lugar ao nascimento de uma criança. Ou seja, nascer da união de um homem com uma mulher não é o suficiente para ser filho, ou filha, daquele homem e daquela mulher. Ou ainda: trazer uma criança ao mundo não faz com que seus genitores sejam efetivamente pais. O nascimento (fato físico) tem que ser modificado para filiação (fato social e político), para que assim, inserida em uma organização simbólica (fato psíquico), a criança se constitua como sujeito.

Considerando estes três aspectos, o físico, social e psíquico, carregam consigo cada vez menos relações de dependência entre eles. As técnicas atuais de reprodução assistida fizeram com que houvesse uma ruptura radical nas relações entre nascimento e genitores. O fato social, o reconhecimento de uma linhagem, de uma filiação, não tem, necessariamente, que ser exercido pelos genitores biológicos, como é o caso, por exemplo, de uma criança adotiva. No que se refere ao fato psíquico, à inserção do recém-nascido no simbólico, nos interessa saber quais os elementos indispensáveis para que ele se realize.

No que concerne às funções parentais, como pensar em tais funções, uma vez que, com essa reorganização social familiar, a mulher sai para trabalhar, vai ao mercado de trabalho, enquanto o homem fica em casa cuidando da prole e realizando as tarefas domésticas? Se agora são os homens que assumem as funções sociais ditas femininas e vice-versa, o que diríamos das funções parentais no que tange à clivagem: função materna e paterna?

Investigar as novas configurações familiares no que diz respeito à atualidade trata-se de uma tarefa difícil e complexa, tendo em vista o que aqui já foi abordado com relação às mudanças importantes e cruciais para essa transição da família tradicional em novas formas de se construir família. Era permitida pela dinâmica social a localização da mãe como agente da função materna e o pai da função paterna. As funções parentais eram pensadas como pertencentes a um modelo de família com papéis delimitados, o que já não mais se sustenta. Na atual conjuntura, ao tentar encontrar uma espécie de modelo, é inevitável que se caia numa normatização, num conceito em que seriam percebidas como famílias estruturadas e desestruturadas. Contudo, como refletir hoje, uma vez que é o pai que fica mais tempo com a criança e a mãe quem dá as ordens e por muitas vezes dá a última palavra? E as novas formas de parentesco? Como pensar tais funções tendo como referência um casal homossexual?

De acordo com Lacan (1985) as instâncias culturais são preponderantes às instâncias naturais, o que sustenta a ideia de que a cultura introduz uma nova dimensão na realidade psíquica do indivíduo. Então, percebe a família como uma estrutura social privilegiada de coação do adulto sobre a criança, que consiste nos modos de transmissão da autoridade familiar a partir das leis da cultura. O nascimento da psicanálise é relacionado por Lacan ao surgimento de uma crise psicológica resultante do declínio paterno.

A família é percebida por Lacan enquanto uma instituição social de estrutura complexa, não podendo ser reduzida nem a um fato biológico, nem a um elemento teórico da sociedade, mas uma instituição com o privilégio de lhe ser transmitida a cultura. “Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. (...) Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico” (Lacan, 1985, p. 13). Esclarece que a família determina uma continuidade no psiquismo das gerações, tendo em vista uma hereditariedade psíquica e social. Portanto, a família pode ser compreendida como uma instituição universal, uma vez em que sobre ela que repousam as bases na instância social.

Ainda que tenha sofrido diversas transformações, a família, enquanto estrutura, é um fenômeno universal que está presente em todos os tipos de sociedade; é sobre ela que repousa a ordem social, pressupondo um “não anonimato” na relação entre pais e filhos, bem como na transmissão dos interditos necessários à cultura para que uma família não tenha um fim em si própria. Conforme Tanis (2001), a família é uma estrutura caracterizada como um sistema de parentesco que determina lugares simbólicos e pressupõe um discurso que organiza esses lugares. Então, pressupõe lugares estruturalmente determinados, mas que necessitam de pessoas “concretas” para ocupá-los. Portanto, cabe salientar que nem sempre essas pessoas coincidem enquanto pai e mãe biológicos.

De acordo com Lacan (1998), o homem consegue falar, pois o símbolo o tornou homem. A realidade humana, ao contrário da natureza, é uma realidade simbólica. Se a sociedade tem por condição biológica a família, é para negá-la e perpetuar-se assim de geração em geração. Então, apenas a partir da lei do interdito do incesto que uma sociedade pode se constituir, na medida em que designa aqueles com quem a aliança conjugal é possível ou não. Trata-se de uma interdição que coloca em ordem as relações sociais e de um sistema de parentesco que distribui os membros da estrutura familiar em diferentes categorias, de modo que a categoria dos pais defina direta ou indiretamente a categoria de filhos (Lévi-Strauss, 1980). Delimitações que se apresentam como condição para que possa haver uma ruptura do filho com os vínculos familiares originários e fundar uma nova família. Logo, “a conjugalidade, ao fundar a parentalidade, permite à geração seguinte abandonar pai e mãe e fundar publicamente uma nova família” (Julien, 2000, p. 57).

A partir da visão dos mais novos, o que quer que o mundo adulto proponha de novo, esse novo consiste necessariamente na introdução da criança num mundo velho,

pois, “pertence à própria natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados sua própria oportunidade face ao novo” (Arendt 2001, p. 226). “Afinal os adultos também querem se recuperar narcisicamente à custa de seus filhos; na cultura do individualismo e do narcisismo, os filhos são nossa esperança de imortalidade e de perfeição. Ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar; portanto, poucos pais sustentam o ato necessário para fazer de seu filho um ser de cultura, um sujeito barrado em seu gozo” (Kehl, 2001, p. 37).

Portanto, se não houver transmissão geracional, não haverá transmissão cultural. A transmissão culmina na implicação de um não anonimato, de modo em que pressupõe uma nomeação que insere o sujeito numa filiação, assegurando o seu espaço nesse mundo velho. Uma transmissão é percebida como um instrumento que faz do sujeito um sujeito histórico.

Ao consistirem em funções simbólicas e inscritas na cultura, as funções parentais implicam necessariamente a presença de um outro “físico” que possa desempenhá-las; o que resulta uma transmissão da cultura e a introdução da criança na ordem social, por conseguinte, na introdução da criança no campo da palavra e da linguagem. Então, se uma ordenação simbólica, oriunda da transmissão delimitando lugares, na medida em que a categoria dos pais defina a categoria de filho diretamente, percebe-se que atualmente há um desvanecimento da diferença necessária a esse ordenamento. Portanto, quando o adulto tem a criança como reverso especular de si mesmo, impossibilita-se de sustentar o ato necessário para introduzir a criança na ordem social; ou seja, fica impossibilitado de sustentar os interditos necessários para fazer com que seu filho seja um sujeito barrado em seu gozo.

Interrogar-se sobre família implica outra questão bem mais profunda, que se refere aos fundamentos que sustentam a ordem social. As novas organizações familiares são percebidas como ameaças à estabilidade social, o que torna evidente o seu caráter imaginário: se fosse fixa, perene, não haveria o sentimento de ameaça, bem como não haveria mudanças. As novas organizações familiares produzem um modo de circulação pulsional diferente daquele criado pelo modelo tradicional.

De modo inicial, é por meio dos pais e do grupo primário que a criança vai ter acesso aos elementos de informação sobre o sistema simbólico relativo à sociedade na qual foi inserida, bem como os códigos aos quais, como menina ou menino, se

submeterá, e que lhe prescreverão o registro no interior do qual a criança deverá inserir suas condutas e seus comportamentos. Significa que, o que se espera de uma criança está inteiramente ligado a convenções sociais e a regras de conduta oriundas de um sistema simbólico no qual ela está inserida, sem nenhuma relação com uma suposta “natureza” masculina ou feminina em direta relação com o anatômico/biológico. Portanto, pode-se dizer que quando a criança tem sua criação com convicção e continuidade no sexo que lhe foi atribuído, o sentimento de identidade sexual que ela construirá irá concordar com o sexo de atribuição, e não com seu sexo biológico: caso ocorra conflito entre elementos biológicos e psicológicos, haverá preponderância desses últimos, no que concerne à construção do sentimento de identidade sexual. É o sexo de atribuição, e não o anatômico/biológico que assegura à criança o sentimento de ser menino ou menina.

Tendo em vista o que até aqui foi abordado, torna-se necessário levantarmos algumas considerações com relação ao que chamamos de contemporaneidade, uma vez que cultura está incontestavelmente ligada à subjetividade e vice-versa.

Segundo Agamben (2009), a contemporaneidade é escrita no presente assinalando-o antes de tudo como arcaico e apenas quem percebe no mais moderno e recente as assinaturas do arcaico poderá dele ser contemporâneo. A origem não está situada apenas em um tempo passado cronológico, a contemporaneidade se dá num devir histórico e não para de operar neste, como a ação do embrião nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto. O passado e o presente que definem a contemporaneidade se fundamentam nessa proximidade com a origem, que pulsa com mais força no presente como em nenhum outro ponto. O contemporâneo coloca uma relação especial entre os tempos.

Com relação à evolução da sociedade, abordaremos as questões concernentes à modernidade, permeada pela solidez e fluidez, tendo em vista as transformações ocorridas com o passar das décadas. Bauman (2001) caracteriza a modernidade sólida enquanto relações mais estáveis, com mais resistência, seres suscetíveis à durabilidade e confiabilidade. Portanto, a modernidade sólida pode ser definida por Bauman como “um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados: do firme equilíbrio entre oferta e procura e a satisfação de todas as necessidades; da ordem perfeita, em que tudo é colocado no lugar certo, nada que esteja deslocado persiste e nenhum lugar é posto em dúvida; das coisas humanas

que se tornam totalmente transparentes porque se sabe tudo o que deve ser sabido; do completo domínio sobre o futuro – tão completo que põe fim a toda contingência, disputa, ambivalência e consequências imprevistas das iniciativas humanas”. (Bauman, 2001, p. 37)

A modernidade sólida ou a primeira modernidade tinha como base a segurança, o controle e a confiança, uma vez que os indivíduos conviviam de acordo uns com os outros no que concerne às regras sociais, o padrão social outrora estabelecido. A sociedade vivia regrada, controlada de forma rígida, adequando-se aos princípios do bom senso e da razão. Cabe ressaltar que os moldes em que a sociedade vivia na modernidade sólida tratam-se de um projeto de modernidade como ideais não necessariamente alcançados plenamente, em sua totalidade.

A modernidade atual, por outro lado, busca apelar para a velocidade, ao consumismo contínuo, à produção contínua. Há uma fragilidade nos objetivos a serem alcançados, tendo em vista que o mundo contemporâneo está permeado de interrupção, incoerência, instantaneidade e permeado de estímulos que são constantemente renovados. Deste modo, “nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades auto evidentes” (Bauman, 2003, p. 06).

Nas condições comuns da vida atual dos indivíduos, laços de afeto frágeis e transitórios se fazem presentes, permeados por sentimentos hedonistas. O indivíduo contemporâneo não tolera mais aquilo que é duradouro, estável, previsível e, portanto, sólido. Há uma busca pelo imediatismo, pois no modelo de vida contemporâneo há uma incapacidade de perpetuar a forma, de se preocupar com a manutenção da forma, o que chamamos de fluidez.

O modelo liquefeito de modernidade produziu uma intensa mudança no estilo de vida do sujeito contemporâneo. Contudo, não é o único fator responsável pelo ser imediato, é certamente um auxiliar para a construção dessa nova condição humana. “O processo de constituição da subjetividade pede tempo, e a cultura (pelo menos a contemporânea) pede instantaneidade” (Maia, 2005, p. 72).

Portanto, Bauman define também a modernidade líquida como “a compulsiva e obsessiva”, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva), se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto; de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome da maior

capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade ou da competitividade. (Bauman, 2001, p. 36).

Em uma sociedade autônoma como a contemporânea, não há mais regras claras a seguir ou moldes padrões de comportamento, pois cada indivíduo decide tudo sozinho, segundo seus próprios valores e não mais de acordo com um valor socialmente compartilhado. Com esta autonomia, há uma criação, paradoxalmente, de uma fantasia, o que pressupõe que cada ser é autossuficiente, que o enfrentamento às situações cotidianas se dá apenas pela via da individualidade. “Se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguirem seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto expressão e da impressão que causam. Isto é, em todo caso, o que lhes é dito hoje, e aquilo em que passaram a acreditar, de modo que agora se comportam como se essa fosse a verdade (Bauman, 2001, p. 43).

O sujeito sente-se obrigado pela cultura do excesso a adaptar-se a uma vida desregrada, na sociedade contemporânea. Sofre uma influência da cultura do capitalismo, no qual se ilude com sua suposta liberdade, a falsa sensação que pode tudo, causando um sentimento de desajuste, pois a sociedade o instiga a agir, a tomar atitude, mas possui meios fluidos que impedem sua ação, tendo que adaptar-se constantemente. Bauman (2001) caracteriza esta incerteza como uma autonomia exacerbada, não havendo mais os modelos de conduta que antes regiam uma sociedade diferente.

Portanto, a contemporaneidade é percebida como pela falta de limites. O sujeito está livre para agir de acordo com seus desejos, não havendo mais limitação. Não há mais limites à satisfação. Então, conclui-se que estamos na cultura do *carpe diem*, do imediatismo, do prazer imediato. O prazer é então assim como a contemporaneidade, fluido.

O princípio de realidade foi abrandado na cultura contemporânea, não havendo adiamento da satisfação. Tem que ser imediata, a recompensa precisa ser instantânea. Contudo, não se trata de uma satisfação prolongada, como já falamos, é líquido, fluido e por isso a satisfação completa não é garantida, pois é demasiadamente rápida, tendo em vista que não é constante, duradoura.

O desejo é mantido, pois, há a impossibilidade de gozo absoluto e por isso, o desejo continua “vivo”. No entanto, como se trata de uma configuração de imediata satisfação, a dor e o sofrimento inerentes ao humano já não são mais suportáveis. O ideal é que se conquiste variados objetos de gozo e segundo Lebrun (2004), “o objeto de consumo nos é apresentado como tendo a virtude de pode apagar essa irreduzível indisponibilidade e nos deixa crer numa possível plena satisfação”. (p. 117).

Desta forma, cultura atual não se tolera mais o sofrimento, há uma tentativa de apagar as diferenças, a busca por uma simetria. O sujeito é configurado pela falta e exatamente por esta ausência que ele se torna alguém que deseja.

Em contrapartida ao sofrimento, há a noção de felicidade, entenda como a ausência de sensações ruins. Maia (2005) explica que “na contemporaneidade”, os laços afetivos precisam gerar prazer imediato e, quando por ventura aparece qualquer ameaça de sofrimento, o outro é descartado rapidamente, para preservar a ilusória sensação de felicidade – atributo fundamental e irrevogável das individualidades contemporâneas. É necessário enfatizar que, na pós-modernidade, atendendo a essa lógica, felicidade se configura como sinônimo de euforia. Nessa imagem social construída para o sujeito, não existe lugar para afetos humanos básicos: a angústia e a tristeza são banidas do ideário pós-moderno e, a qualquer sinal de sua proximidade, o indivíduo deve acessar dispositivos para sedá-las – antidepressivos e drogas as mais diversas. (p. 78).

Foi abordado que as mudanças sofridas pela cultura contemporânea causam impacto na constituição de subjetividades e, frente uma cultura do narcisismo, com todas essas mudanças, pode-se também gerar patologias de ordem narcísica. Maia (2005) evidencia que nas patologias contemporâneas “é a imagem de si, o narcisismo, tal como descrito por Freud como processo básico e estruturante da subjetividade, que adoece e padece”. (p. 65).

De acordo com o que foi abordado neste capítulo, iremos perpassar por Freud, no capítulo 3, e seu estudo relacionado ao complexo de Édipo, enquanto principal elemento na formação da subjetividade dos indivíduos, enquanto estrutura universal que insere o sujeito no mundo.

4 NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E A REORGANIZAÇÃO EDÍPICA NUMA VISÃO CONTEMPORÂNEA

A teoria do complexo de Édipo, construída por Freud, foi através da observação de seus pacientes, predominantemente sendo mulheres, a quem Freud denominava como sendo histéricas inseridas num contexto rígido, numa sociedade burguesa, no qual havia grande preocupação com os padrões de moralidade estabelecidos, oriundos de repressões religiosas. Tais pacientes, as mulheres, viveram numa época em que a cultura sexual era totalmente reprimida, havendo uma culpa pelo desejo sexual, pela possibilidade e necessidade da masturbação. O psiquismo dessas pessoas era alimentado com repressões severas, gerando significativas frustrações, o que nos remete aos trabalhos de Freud sobre as neuroses, no qual há uma sustentação pela culpa e também pela somatização de pulsões reprimidas.

Na atualidade, percebe-se que tais questões são mais complexas, tendo em vista que o modelo tradicional familiar nuclear burguês entrou em declínio, como dito anteriormente, bem como novas configurações familiares começaram a surgir. Percebe-se ainda, que o preconceito com relação aos novos arranjos familiares também vem diminuindo, o que proporciona uma melhor aceitação social, contribuindo para que os filhos destas relações tenham mais liberdade para manifestarem e praticarem seus desejos, bem como um desenvolvimento psíquico saudável.

Com relação aos novos arranjos familiares, sabemos que o modelo tradicional de família não é mais tido como preponderante, inquestionável, imutável. Sequeira (2007) afirma que a existência está ainda mais focada na casa, centro como referencial, pois o lar oferece segurança e isso em conciliação com a solidariedade familiar e a liberdade individual. O conceito atual de família visa priorizar o elo afetivo entre seus membros, o que culmina no repensar nessas novas formas de filiação, no qual houve uma ruptura com a questão biológica, sendo valorizada a questão afetiva. Essencialmente, a família deixou de ser um núcleo econômico e de procriação, cedendo

espaço às questões subjetivas com relação aos membros, afeto, carinho, solidariedade, amor e companheirismo.

Portanto, a família bem como o casamento ocidental, nem sempre foram o que são hoje, e as uniões entre duas pessoas nem sempre tiveram o caráter sagrado como o é para o cristianismo: os primórdios de nossa era foram marcados por intensas lutas político-econômicas entre a moral cristã incipiente e as práticas ditas “pagãs”, de concubinato e divórcio, muito comuns no mundo antigo. O matrimônio, tido como divino, é percebido como a união de Jesus com a Igreja, baseia-se na interpretação agostiniana. Ao longo dos séculos, os valores da moral cristã transformaram-se nos ideais que sustentam o imaginário da cultura ocidental. Ideais estes, que juntamente com a autoridade do pai fazem parte do superego, derivam do mundo externo, guardam as influências do passado e da tradição que, outrora, foram sentidas intensamente (Freud, 1924). Entende-se, por outro lado, por que as novas organizações familiares ameaçam a hegemonia do modelo familiar tradicional, resultando em reações tão truculentas: aquilo que está, no fundo, sendo ameaçado é a posição libidinal que permeia a representação de família no imaginário judaico-cristão, ou seja, os ideais culturais.

Após a introdução acerca das novas configurações de família, destacaremos a seguir as definições dos tipos familiares:

- Família Nuclear: formada por um homem, uma mulher e seus filhos. Geralmente unidos pelo casamento;
- Família Monoparental: constituída por apenas um pai ou uma mãe e seus descendentes. A família é monoparental quando apenas um dos genitores decide cuidar dos filhos, numa mesma casa.
- Família Pluriparental: formada por um casal, onde ambos possuam filhos de outros relacionamentos;
- Família Paralela: esta configuração se dá quando um de seus integrantes participa como cônjuge de mais de uma família. Sendo conhecido também como concubinato.
- Família ou União Homo afetiva: decorre da união de pessoas do mesmo sexo. O objetivo é a constituição da família, podendo manter laços duradouros.

Segundo Ceccarelli (2002), considerando estas mudanças e suas particulares consequências, sugerem que a espécie humana atravessa, com intensidade variável no tempo e no espaço, aquilo que podemos chamar de "crise das referências simbólicas". Ao mesmo tempo, o fato destas "crises" não levarem a uma ruptura, a uma

desestruturação, da civilização permite supor, e temos aqui um ponto central deste texto, que não existe uma maneira, um caminho, que defina, de forma única e definitiva, e muito menos normativa, o acesso à Ordem Simbólica e às relações entre sujeitos próprias do humano. Ou seja, não há um modo único de subjetivação.

Conforme Ceccarelli (2002) dentre todas as transformações da contemporaneidade, aquelas que tratam das posições médico-jurídicas referentes os chamados "novos modos de procriação e de filiação" estão no rol das mais polêmicas. Por exemplo, haveria uma diferença significativa entre o investimento materno e/ou paterno no caso de uma gravidez tradicional e no caso de uma fecundação *in vitro*? Em que os processos de subjetivação de uma criança adotada onde, de alguma forma, as duas famílias existem, se diferenciariam dos de uma criança gerada por um processo biotécnico de inseminação artificial com doador anônimo? As crianças criadas por apenas um dos genitores (às vezes o outro é totalmente desconhecido), ou aquelas criadas por um casal do mesmo sexo terão necessariamente problemas de subjetivação? Ou seja, a falta de um dos genitores - monopaternidade - ou a presença de duas pessoas do mesmo sexo - homopaternidade - terá repercussões particulares nos processos identificatórios e, por conseguinte, na organização psíquica do sujeito?

De acordo com Arán (2003), não se trata de uma questão simples, haja vista que envolve a transformação de uma organização social. Todo tipo de sexualidade e de configuração familiar, quando aceitos, o gênero feminino e masculino deixa de ser ponto universal. Se gênero trata-se de um efeito performático de subjetivação ou uma produção de subjetividade, podemos observar que os corpos nunca obedecem por completo às normas pelas quais sua materialidade é constituída. A família nuclear burguesa tinha como referência o casal parental e oferecia a seus filhos referenciais maternos (femininos) e paternos (masculinos).

De acordo com o que foi abordado, gostaria de destacar, neste trabalho, a investigação sobre um dos modos de filiação, a homopaternidade, e os processos de subjetivação. Focar nas repercussões que esta nova forma de filiação terá na construção do mito individual e na produção da verdade singular do sujeito. Seriam essas mudanças dos últimos anos suficientes para nos levar a concordar que o complexo de Édipo, partindo do pressuposto enquanto organizador das nossas leituras teórico-clínicas acerca do funcionamento psíquico estaria obsoleto?

De acordo com Ceccarelli (2002), constantemente a psicanálise é convocada a tomar uma posição. Aqueles que são contra a homopaternidade estão sempre alertando

sobre os perigos psíquicos que a criança estaria sujeita frente a não diferença sexual dos pais. Alguns, mais radicais, alegam que a criança, sendo criada por dois sujeitos do mesmo sexo teria seus processos psíquicos fundamentais entravados e, por consequência, sua subjetivação - o acesso ao simbólico, à lei - comprometida. Não havendo a função paterna, que aparentemente o casal homossexual não saberia sustentar, a diferença entre os sexos, ausente no próprio casal, pois este último estaria preso em uma relação especular pautada pelo narcisismo, não ocorreria. Partindo da premissa que o casal homossexual não refletiria para a criança a imagem dos dois sexos, sustenta-se a ideia da presença de pais de sexos diferentes para que a situação edipiana possa acontecer. Há ainda aqueles que argumentam que a família acabaria em si própria, e que, mais cedo ou mais tarde, isto traria consequências catastróficas para a organização social. Ainda, outros afirmam que a adoção por um casal do mesmo sexo é uma maneira de afirmar a normalidade da relação. A tudo isso se agrega posições religiosas que veem na homopaternidade uma ratificação de uma relação considerada contra natureza.

Acerca da homopaternidade, na maioria dos debates, deparamo-nos com as posições normativas descritas acima. Contudo, as argumentações não procedem. Conforme Ceccarelli (2002), vemos repetir a mesma ortopedia visual simplista que, outrora, aplicou-se às situações monoparentais: por ter apenas uma imagem, a organização psíquica infantil ficaria comprometida, o que não se sustenta, pois a diferenciação sexual independe da anatomia dos pais. Cabe destacar o quanto a família tradicional está longe de ser um modelo ideal. Há um argumento psicológico, que defende a importância do par homem/mulher para a saúde psíquica da criança, que dificilmente se sustenta. A maior testemunha das derrapagens nas relações familiares é a prática clínica. Na clínica infantil, não faltam exemplos onde a queixa apresentada pela criança traduz a confusão dos pais quanto ao desempenho de seus papéis, o que pode, por consequência, gerar uma indefinição do lugar da criança como filho, ou filha. Temos também situações onde um dos pais, ou às vezes os dois, não participa, nem mesmo existindo, às vezes, na vida da criança. E, não necessariamente que, esta última apresenta um problema particularmente dramático.

Mesmo que os primeiros significantes que nos designam sejam "homem" ou "mulher", tal designação não implica a questão da erogenização do corpo - que passa pelo afeto. De acordo com Cekarrelli (2002), não basta o significante para que, na ordem simbólica, o sujeito se posicione como homem, ou mulher. Este posicionamento

não é indiferente ao lugar que a criança - que tem chances de tornar-se sujeito - ocupa no inconsciente dos pais bem antes mesmo do seu nascimento e da dimensão narcísica destes últimos, enfim, da dinâmica da economia libidinal da família. O essencial para que o sujeito se constitua é que ele seja simbolicamente reconhecido pela palavra do Outro, encarnado, na maioria das vezes, pelos pais. É este reconhecimento, responsável pela inscrição do sujeito na função fálica, que transformará a criança – a partir do real de sua anatomia (sexo) – em ser falante, homem ou mulher.

Acerca do complexo de Édipo, de acordo com o contexto acima, verifica-se que nenhuma criança escapa deste “processo”. “É uma lenda que explica a origem de nossa identidade sexual de homem e mulher e, além disso, a origem de nossos sofrimentos neuróticos. Essa lenda envolve todas as crianças, vivam em uma família clássica, monoparental, recomposta ou, ainda, cresçam no seio de um casal homossexual, ou até mesmo sejam crianças abandonadas, órfãs e adotadas pela sociedade. Nenhuma criança escapa ao Édipo! Por quê? Porque nenhuma criança de quatro anos, menina ou menino, escapa à torrente das pulsões eróticas que lhe afluem e porque nenhum adulto de seu círculo imediato pode evitar ser o alvo de suas pulsões ou tentar bloqueá-las.” (Nasio, 2007, p. 06).

O que é, então, o Édipo? De acordo com Nasio (2007), O Édipo é a experiência vivida por uma criança de cerca de quatro anos que, absorvida por um desejo sexual incontrollável, tem de aprender a limitar seu impulso e ajustá-lo aos limites de seu corpo imaturo, aos limites de sua consciência nascente, aos limites de seu medo e, finalmente, aos limites de uma Lei tácita que lhe ordena que pare de tomar seus pais por objetos sexuais. Eis então o essencial da crise edipiana: aprender a canalizar um desejo transbordante.

A primeira referência feita por Freud com relação ao complexo de Édipo pode ser demarcada em 15 de outubro de 1897, no qual faz o envio de uma carta para seu amigo Fliess, em que, em sua auto-análise, estabelece que se trata de universal, como um importante meio para compreender os desejos do psiquismo humano.

No que concerne ao teórico psicanalítico essencial, Sigmund Freud, assim define o complexo de Édipo:

Um único pensamento de valor genérico revelou-se a mim. Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância (...) Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de OedipusRex (...) a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença

dentro de si mesma. Cada pessoa da plateia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual.” (Freud, 1897/1996, p. 316).

Laplanche e Pontalis (1992) também contribuem com sua definição sobre o Édipo, se caracteriza como:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia. (Laplanche e Pontalis, 1992, p. 77).

Portanto, após considerarmos as definições aqui trazidas sobre o complexo de Édipo, o trabalho será concluído com enfoque na reorganização do Édipo enquanto estrutura universal e singular, formadora de subjetivação, acerca da homoparentalidade.

Segundo Ceccarelli (2002), o que é central no Édipo é que, neste período, o sujeito se dá conta de que está excluído de uma relação. A dificuldade deste período é devida, principalmente, à bissexualidade constitucional de cada sujeito e ao caráter triangular da relação edipiana. Contudo, nada indica que o caráter triangular deva ocorrer com duas pessoas de sexo diferente. Afirmar isso equivaleria a dizer que crianças criadas por um genitor apenas ou em instituições, aquelas que perderam um dos genitores, as que cresceram em famílias matriarcais onde a presença masculina não existia e tanto outros arranjos que fogem ao lugar comum, todas estas crianças teriam problemas na resolução do Édipo.

Conforme afirma Ceccarelli (2002), O que vai diferenciar as crianças criadas por um casal do mesmo sexo das outras é o que diferencia os seres humanos entre si: a particularidade do trajeto identificatório e as escolhas de objetos de cada um. Cada modo de filiação - homopaternidade, adoção, monopaternidade, famílias tradicionais, famílias separadas, um, ou os dois, genitores falecidos e toda outra forma que pudermos imaginar - terá a sua própria configuração de angústia. Mas, do ponto de vista da

constituição do psiquismo não existe, *a priori*, nenhuma evidência para dizer que um modelo é mais ou menos patogênico. Não há quem não conheça uma criança que se encaixa num destes modelos e que, nem por isso, apresente problemas particulares de subjetivação.

Estudos realizados sobre os destinos psíquicos das crianças criadas no modelo homoparental não revelam nenhuma anomalia. As conclusões de um trabalho³ em pedopsiquiatria realizado em Bordeaux, França, com 58 criança que têm pais do mesmo sexo mostrou que o desenvolvimento psicosexual destas crianças é tão normal quanto o de qualquer outra criança: "ao que tudo indica a homopaternidade não constitui, em si, um fator de risco para as crianças; elas vão bem", concluir Dr. Nadaud.

³ - Tese de doutorado em pedo-psiquiatria defendida pelo Dr. Stéphane NADAUD na Universidade de Bordeaux, França, em 10 de outubro de 1999. O longo artigo sobre este trabalho foi publicado no periódico *Le Monde*, em novembro do mesmo ano.

5 CONCLUSÃO

A hipótese de que as mudanças nos modos de filiação, resultado aquilo que chamamos de "crise das referências simbólicas", não comprometem os processos de subjetivação. Tais "crises", que não provocam uma desestruturação social, atestam a força do simbólico e mostram que o problema da homopaternidade não pode ser tratado através de posições nostálgicas que tentam fazer com que normas se tornem soluções que pertencem a organizações sociais, e ordens simbólicas, que não mais se sustentam na pós-modernidade.

A partir do ponto de vista social e legal, as normas que definem uma família são relativamente bem estabelecidas, a partir do olhar psicológico, as famílias são sempre construídas e os filhos sempre adotivos. O fato de um homem e uma mulher viverem juntos e procriarem não significa que estão constituindo família. Temos, além disso, uma gama diversa de arranjos, no qual os membros se sentem em família, ainda que não haja ligações consanguíneas. O que define uma família, o que une os seus membros, são os laços afetivos, ou seja, os investimentos que, como todo investimento, carrega correntes afetuosas e agressivas: destaca-se que não é raro uma família ser marcada pela rivalidade entre os membros, pelos irmãos que se odeiam, e pelos pais, onde cria-se um ressentimento. São vários os argumentos de parentesco: biológico, afetivo, social, cultural, religioso, histórico. Provavelmente a ameaça que pode ser percebida acerca da homopaternidade é que este arranjo destrói a ilusão de "parentesco natural" e abala nossas mais profundas convicções e conceitos, resultando em um retorno do recalcado que mostra a dimensão da imaginação das certezas e dos valores culturalmente tidos como verdades.

O problema da homopaternidade, ao que tudo indica, parece se tratar-se muito mais de uma questão sociológica do que psicológica. Os argumentos, a favor ou contra, são, em sua grande maioria, de ordem político-social e religiosa. Através do que foi abordado neste trabalho, tendo em vista a reorganização edípica numa visão contemporânea, conclui-se que o complexo de Édipo, enquanto estrutura, não está

obsoleto.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 65.

ARÁN, M. **A sexualidade feminina e a crise da ideia de identidade**. In Alter. *Jornal de Estudos Psicanalíticos*. v. 22, n.1, p. 107-125. Brasília: SBP, 2003.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 226.

ARIÈS, P.A Família. In: ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001,

DOLTO, F. **No jogo do desejo: Ensaios clínicos**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CECCARELLI, Paulo R. **Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação**. *Pulsional Revista de Psicanálise*. Ano XV, 161. São Paulo, set. 2002, p. 88-98

_____. **Novas organizações familiares: mitos e verdades**. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, jun. 2007, p. 89-102.

FREUD, S. (1996). **Carta 71**. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 316. (Trabalho original publicado em 1897)

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000, p. 157.

KEHL, M. R. **A criança na contemporaneidade e a psicanálise**. (Vol. 1, pp. 29-38). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 37.

LACAN, J. **Os complexos familiares**. (M. A. Coutinho Jorge & P. M. da Silveira Júnior, trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**. In J. Lacan, **Escritos**. (V. Ribeiro, trad., pp. 238-324). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAPLANCHE, Jean. PONTALIS, J.B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 77.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.p. 117

LÈVI-STRAUSS, C. **A família: Origem e evolução**. Porto Alegre: Edição Villa Martha, 1980.

MAIA, Marisa Schargel. **Extremos da alma**. Dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 65-78.

MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem: Virgínia Woolf, as mulheres e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

NASIO, Juan-David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. J-D. Nasio; tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou, da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCAVONE, L. **Maternidade**: transformações na família e nas relações de gênero. Interface: comunicação, saúde e educação. v. 5, n. 08, p.47-59, 2001.

SEQUEIRA, V.C. Família: Uma crítica ao discurso técnico sobre a família desestruturada. In: FARINA, A.S. et al. **Introdução à psicologia do cotidiano**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007. p. 79-97.

TANIS, B. A família atual, a constituição subjetiva da criança e a psicanálise. In M.C. Comparato & D.S.F. Monteiro (Orgs.), **A criança na contemporaneidade e a psicanálise**. (Vol. 1, pp. 39-46). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

WAGNER, A.; RIBEIRO, L.; ARTECHE, A.; BORNHDOLT, E. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 12, p. 147-156, 1999.